



ideia de que a política é sobretudo uma actividade para homens é recusada pela esmagadora maioria dos portugueses que, no Barómetro DN/Marktest, não só reconhecem a indispensabilidade da intervenção política feminina como lamentam a expressão reduzida que ela tem entre nós

Faltam mulheres na política portuguesa

EM DISSE que a política só para homens por certo esperaria ser contrariado a visão maniqueísta pela dência da realidade do tempo. O Barómetro DN/Marktest espelha, aliás, distorção da primeira que se encontra guardada no pensamento luso. Na verdade, a grande maioria dos portugueses pensa que o espaço da participação política não é exclusivo do masculino, e vai ser mais longe quando se trata de saber se a política é actividade apenas para homens. Os Portugueses que não. Entre as pessoas contactadas pelo Barómetro DN/Marktest, 83,6 por cento discordam da ideia de que a intervenção política seja exclusiva dos homens; 2,9 por cento não sabe ou não responde, e 13,3 por cento pensam ainda



pensam e mesmo 54 por cento dos socialistas. Colocada a mesma questão relativamente ao número de mulheres na Assembleia da República, os Portugueses consideram que ele é igualmente escasso. Para 67,6 por cento, o Parlamento tem mulheres a menos; pensam o contrário apenas 3,3 por cento; não sabem ou não respondem 20 por cento; e para 19,2 por cento a situação actual está bem assim. Também aqui os socialistas-democratas revelam maior entusiasmo pela participação parlamentar feminina: 63,1 por cento entendem que o Parlamento tem mulheres a menos; pensam assim 68 por cento dos socialistas. O consenso nasce quando



se trata de saber se a política é actividade apenas para homens. Os Portugueses que não. Entre as pessoas contactadas pelo Barómetro DN/Marktest, 83,6 por cento discordam da ideia de que a intervenção política seja exclusiva dos homens; 2,9 por cento não sabe ou não responde, e 13,3 por cento pensam ainda

que, apesar de tudo, a política é sobretudo para ser feita pelos homens. Espírito de maior abertura é revelado pelos socialistas-democratas: 92,3 por cento discordam da ideia de que a política seja apenas actividade para homens; 1,6 por cento não sabe ou não responde; e 6,2 por cento ainda admite o argumento

das mulheres da participação política. Os socialistas revelam-se mais conservadores, já que 16 por cento concordam com a ideia de que a política é para homens; 80 por cento pensam o contrário; e dois por cento não sabem ou não respondem.

Convidadas a pronunciarem-se sobre as mulheres que melhor desempenharam o seu papel na política portuguesa (ver caixa ao lado), as pessoas contactadas pelo Barómetro DN/Marktest concederam maior destaque a Maria de Lurdes Pintasilgo. Para os que revelaram intenção de voto, Maria de Lurdes Pintasilgo foi «eleita» por 42 por cento dos socialistas. Os socialistas-democratas revelaram menos apreço pelo papel desempenhado nas duas últimas eleições pela chefe do quinto Governo constitucional, já que apenas 12,3 por cento a citaram.

Decididamente, para os socialistas-democratas o protagonismo político feminino tem um rosto e um nome: Leonor Belesas foi citada por 32,8 por cento, dos socialistas apenas oito por cento a preferiram; os socialistas-democratas guardam na memória também outro nome: Helena Roeta, que foi citada por 21,6 por cento. Curiosamente, a actual deputada independente do grupo socialista foi referida por apenas oito por cento dos eleitores de Jorge Sampaio.

Teresa Patrício Gouveia encontra maiores adeptos entre os socialistas do que junto dos seus companheiros de partido: foi citada por 7,7 por cento dos socialistas-democratas e por oito por cento dos socialistas.

Zita Seabra foi citada por 6,2 por cento dos socialistas-democratas e quatro por cento dos socialistas.

Natália Correia foi ignorada por socialistas-democratas e referida por seis por cento dos socialistas que, por seu turno, ignoraram Isabel Mota, referida por 4,6 por cento dos socialistas-democratas. Isabel Rapada foi simplesmente ignorada.

Ficha técnica

ESTA sondagem é representativa da população com mais de 18 e menos de 65 anos, residente em áreas de Grande Lisboa (Lisboa, Oeiras, Cascais, Amadora, Sintra, Loures e Almada) e Grande Porto (Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Gondomar, Valongo e Maia).

A amostra foi estabelecida pelo método de quotas, definidas em função do sexo e idade. Os locais a contactar foram seleccionados de forma aleatória, tal como, dentro de cada lar, a seleção do indivíduo, condicionada ao cumprimento de quotas.

Foram contactadas 240 pessoas em entrevista telefónica, no período que decorreu de 19 a 27 de Fevereiro.

O erro máximo (P=50) de amostragem (considerando um nível de 95 por cento) é de 4,6 por cento. As entrevistas foram registadas, validadas e controladas com recurso ao sistema Marktel, assistidas por computador.

A responsabilidade da execução do estudo cabe à Marktest, que o realizou de acordo com as normas do código da ESOMAR (Associação Europeia de Estudos de Mercado e Sondagens de Opinião), que a Marktest subscreve.

Nota: A responsabilidade pela interpretação dos resultados é do DN, segundo os princípios metodológicos e de rigor consensados no Journalista Guide to the Publication of Opinion Survey Results, de Robert M. Worcester, editado pela ESOMAR.

Quem desempenhou melhor o seu papel na política portuguesa?

| | | | |
|----------------------|-----------------|----------------|-------------------|
| | | | |
| 38,7% | 16,7% | 16,2% | 10% |
| M. Lurdes Pintasilgo | Helena Roeta | Leonor Belesas | Teresa P. Gouveia |
| | | | |
| 5,4% | 4,2% | 1,2% | 0% |
| Zita Seabra | Natália Correia | Isabel Mota | Isabel Rapada |

Nomeação de governador de Macau atrasou decisão

Governo deverá indigitar CEME no final da próxima semana

A PROPOSTA de nomeação do novo chefe do Estado-Maior do Exército deverá ser apresentada pelo Governo ao Presidente da República na próxima quinta-feira, apurou o DN.

O nome que continua a reunir maiores condições de indigitação pelo Governo é o do general Vasco Rocha Vieira, actual ministro da República para os Açores. A possibilidade da proposta ser apresentada por Cavaco Silva na reunião de hoje do Conselho de Ministros chegou a ser

equacionada mas acabou por ser colocada de parte, segundo apurou igualmente este jornal, devido ao facto de se encontrar também pendente uma outra nomeação: a do governador de Macau.

Rocha Vieira foi incluído numa lista de três nomes elaborada pelo Conselho Superior do Exército, na sequência do processo de substituição do anterior chefe do Estado-Maior daquele ramo das Forças Armadas, general Firmão Miguel, que foi vítima de um acidente de viação

no início do passado mês de Fevereiro.

Os outros dois nomes incluídos na lista do Conselho Superior do Exército são os dos generais Loureiro dos Santos e Sousa Luena (cujo processo de passagem à reserva ficou, por esse motivo, suspenso desde o dia 27 de Fevereiro). Conforme o DN noticiou oportunamente, o nome do general Rocha Vieira foi o que recebeu maior número de votos no final de um processo que alargou de «corrida» o actual vice-chefe

do Estado-Maior do Exército, general Alípio Tomás Pinto.

Ortundo da Arma de Engenharia, Rocha Vieira assegurou a chefia do Estado-Maior do Exército em 1976, sucedendo ao general Ramalho Eanes após a eleição deste para a Presidência da República. Naquela período de transição, Rocha Vieira foi para o efeito graduado em general de quatro estrelas. Reassumiu a sua patente de coronel meses depois, e foi colocado num órgão de comando da NATO em Mons,



Firmão Miguel (à direita, na foto) era ministro da Defesa quando Rocha Vieira chefiou o Exército